

CEUTA – UMA BOA POLÉMICA

A preocupação do poder político em justificar os sacrifícios decorrentes da aventura ultramarina é imediatamente patente nas vésperas da primeira expedição: a tomada de Ceuta.

Quando o adiantado dos preparativos já não consentia mais o encobrimento da empresa, mandou D. João I que mestre Frei João Xira, capelão real, pregasse, perante o povo, as razões que justificavam o ataque a Ceuta. Do seu longo sermão se destaca – pelo seu cariz dogmático e fanatizante – a citação do Papa Leão I, na vigésima terceira e na oitava questão dos *Degredos dos Santos Padres*, que refere:

«Tirai todo o pavor e espanto, e estudai em pelejar esforçadamente contra os inimigos da santa Fé. Cá Deus todo poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e salvação de Sua Lei. Pelo qual Ele mesmo lhe dará o celestial galardão.»¹

Criado o cenário doutrinal, João Xira avança para a persuasão político-religiosa da cândida audiência:

«Ora, honrados senhores, el-Rei nosso senhor vos faz a saber, como por todas as razões suso ditas sua tenção é, com a Graça do Senhor Deus ir sobre a cidade de Ceuta, e trabalhar quanto ele puder, pela tornar à Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo. Porém vos encomenda que ajunteis, em vós mesmos, todas vossas forças, para cobrardes verdadeira fortaleza, segundo sua intenção, e haverdes com ele parte do seu grande merecimento. E arredai de vós opiniões que alguns outro dia traziam em Lisboa, parecendo-lhe grave movimento o que el-rei assim queria fazer.»²

.....

O Império foi também, desde o seu amanhecer, uma questão de poderio militar. Mas foi imediatamente claro, para alguns espíritos mais lúcidos, que Portugal não dispunha dos meios humanos e financeiros que permitissem manter, em permanente estado de alerta, posições de fronteira localizadas para além do oceano. O primeiro a aperceber-se dessa realidade terá sido o próprio D. João I que, uma vez na posse de Ceuta, procurou uma saída honrosa para a sua não conservação.

«A conservação de Ceuta, rodeada de sarracenos, tornou-se um encargo extremamente pesado para Portugal. Parecia mesmo duvidoso que a riqueza aí alcançada bastasse para tal sustentação. Isso terá movido D. João I a enviar ao rei de Aragão, Fernando de Antequera [sogro de D. Duarte], uma embaixada destinada a oferecer àquele rei o porto e a cidade de Ceuta, no caso que intentasse fazer guerra aos mouros de Granada. Mas D. Fernando de Aragão achava-se gravemente doente e já não pôde avistar-se com o rei português para o efeito.»³

.....

Após a conquista de Ceuta – primeira etapa da expansão portuguesa no século XV –, não foi necessário esperar muitos anos para que se tornasse visível a falta de adesão popular aos empreendimentos norte-africanos. «O serviço militar era esgotante, perigoso e sem estímulos. Por isso, depressa se tornou impopular; uma lei de 1422 decreta providências contra os besteiros apurados para servir em Ceuta: muitos fogem ao recrutamento, ou, já depois de alistados, não entram nos navios, e os barcos chegam a Ceuta vazios. Outra lei, de 1431, estabelece a comutação das penas corporais de degredo, açoites e cortes de mãos (esta última só se impunha a ladrões) por certo número de anos de serviço em Ceuta. Isto mostra até que ponto era difícil encontrar quem para ali

¹ GOMES EANES D'AZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, p. 182.

² *Ibidem*, p. 183.

³ SOARES MARTINEZ, *História Diplomática de Portugal*, p. 63.

quisesse ir, mas contribuiu para tornar o serviço nas praças africanas ainda mais odioso, visto que era feito, em boa parte, para cumprimento de penas.»⁴

.....

Os recursos empenhados na sustentação de Ceuta eram de grande monta, pois neles se incluíam o pagamento das guarnições militares, o apoio logístico em víveres e armas e o patrulhamento naval do estreito de Gibraltar. Dos fundos afectos à defesa da cidade se destacavam boa parte dos que se achavam anteriormente consignados às ordens militares e aos bispados do reino.

As oposições à manutenção da praça eram, portanto, bem fundamentadas. Era por demais evidente que o reino não possuía os recursos financeiros para tão desgastante empreendimento. Para fazer frente às despesas que os preparativos implicavam não se tinha hesitado em recorrer aos moedeiros. «De dia e de noite nunca seus martelos estavam quedos — conta Azurara. Cunharam-se as peças de 10 reais, chamadas depois reais brancos, a que dava a liga de estanho uma falsa aparência de prata. Símbolo já do engano a que corria a nação.»⁵

Assim, ter-se-ia compreendido melhor uma estratégia de «saque e retirada» do que a que foi seguida.

Não decorreram muitos anos, após a primeira expedição no Norte de África, para se tornar evidente o elevado preço que se pagava pela manutenção de Ceuta. De Bruges, onde então se encontrava (1426), D. Pedro resumia a situação nestes termos, numa carta dirigida ao príncipe herdeiro D. Duarte:

«Do que sentia dos feitos de Ceuta por alguma vez, senhor, vo-lo razoei; mas a conclusão é que, enquanto assim estiver ordenada como agora está, é mui bom sumidouro de gente de vossa terra, e de armas e de dinheiro. E segundo eu senti de alguns bons homens de Inglaterra de autoridade, e daqui, deixam já de falar na honra e boa fama, e falam da grande indiscrção que é em a manterem com tão grande perda e destruição da terra, do que a mim parece que eles hão muito pior informação do que ainda é. O remédio disto, senhor, por muitas vezes o falastes e o sabeis melhor do que vos eu poderia escrever; parece-me, senhor, que faríeis serviço de Deus e vosso ordená-lo sem delonga».⁶

A cidade [Ceuta] nada produzia e não estava ligada a qualquer actividade comercial, além do curso ocasional que se praticava no estreito de Gibraltar. Em 1437, nas vésperas da expedição a Tânger, o rei D. Duarte escrevia que a despesa com a sua manutenção era de 28.500 ducados anuais, sem contar gastos extraordinários, e que não rendia «um ducado nem cousa que o valha».⁷

DAVID MARTELO, *As Mágoas do Império*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998.

⁴ HERMANO SARAIVA, *História de Portugal*, vol. III, pp. 102-103.

⁵ J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico*, pp. 60-61.

⁶ OLIVEIRA MARTINS, *Os filhos de D. João I*, pp. 393-394.

⁷ HERMANO SARAIVA, *História de Portugal*, Vol. III, p. 103.